ISSN: 2358-8829

O JORNAL COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO MÉDIO: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NAS REPORTAGENS DA FOLHA DE S.PAULO

José Vitor da Silva Souza [1]
Mateus Carlos Gomes Bezerra [2]
Patrícia Cristina de Aragão [3]

INTRODUÇÃO

O Ensino de História, ao longo das últimas décadas, tem passado por transformações significativas, especialmente no que diz respeito às metodologias utilizadas em sala de aula e a forma como o conhecimento histórico é construído e apresentado aos estudantes. Nesse contexto, a utilização de diferentes tipos de fontes históricas, para além dos livros didáticos, tem-se consolidado como uma estratégia fundamental para promover uma aprendizagem mais crítica, reflexiva e participativa. Entre essas fontes, destaca-se o uso do jornal, tanto em formato físico quanto digital, como recurso didático no Ensino de História.

A imprensa, ao registrar acontecimentos e interpretar a realidade social, política e econômica de seu tempo, constitui-se como um importante vestígio histórico, capaz de revelar não apenas os fatos em si, mas também as narrativas, os discursos e as intencionalidades que permeiam sua produção. Dessa forma, o jornal não deve ser compreendido como um simples repositório de informações, que participa ativamente da construção das representações sobre o passado.

A partir desta perspectiva, o presente artigo tem como foco a análise de reportagens da "Folha de S.Paulo" relacionadas ao golpe civil-militar de 1964, buscando compreender de que maneira a imprensa contribui para a construção e a elaboração das memórias sobre esse evento histórico. Considerando as diferentes interpretações que marcaram e ainda marcam esse período da história brasileira,

[1] Licenciando em História pela Universidade Estadual da Paraíba UEPB. E-mail: vitor.j@aluno.uepb.edu.br
[2] Licenciando em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: mateus.carlos@aluno.uepb.edu.br
[3] Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), Docente Efetiva do Departamento de História, Coordenadora de Área e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB - Campus I), patriciaragao@servidor.uepb.edu.br;

ISSN: 2358-8829

torna-se fundamental problematizar os discursos veiculados pelos meios de comunicação, especialmente no contexto educacional.

Diante disso, o problema que orienta essa pesquisa consiste em compreender como a utilização de reportagens jornalísticas pode contribuir para a formação do pensamento histórico crítico dos estudantes, especialmente no que se refere à análise das relações entre memória, narrativa e construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar o potencial do jornal como fonte histórica e recurso didático, destacando suas possibilidades na problematização das narrativas sobre o golpe de 1964 no ensino de História.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer práticas pedagógicas que ultrapassem o Ensino de História tradicional baseado na memorização de conteúdos, promovendo o desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos e sua capacidade de interpretar criticamente diferentes fontes de informação. Além disso, ao trabalhar com a imprensa, possibilita-se a aproximação entre o passado e o presente, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel na sociedade.

Por fim, este artigo está estruturado em duas seções principais. Na primeira, discute-se o jornal como fonte histórica e produtora de memória, com base nas contribuições teóricas historiográficas de March Bloch (2002) e Jacques Le Goff (1990) e do Ensino de História a partir da visão de Circe Bittencourt (2008). Na segunda, realiza-se a análise de reportagens selecionadas da “Folha de S.Paulo”, bem como a proposição de uma atividade didática voltada ao Ensino Médio, evidenciando as possibilidades de utilização desse tipo de fonte no contexto escolar contemporâneo.

Ao final da análise, constatou-se que o jornal, exemplificado pelas reportagens da “Folha de S.Paulo”, configura-se não apenas como um registro dos acontecimentos, mas como um agente ativo na construção de narrativas e memórias históricas. A comparação entre diferentes períodos evidenciou transformações discursivas que revelam disputas de memória em torno do golpe civil-militar de 1964. No campo educacional, verificou-se que a utilização dessa fonte em sala de aula favorece o desenvolvimento do pensamento histórico crítico, ao estimular a análise, a problematização e a interpretação dos discursos. Dessa forma, o uso do jornal mostrou-se uma estratégia pedagógica relevante para a formação de estudantes mais autônomos e conscientes da natureza interpretativa do conhecimento histórico.

ISSN: 2358-8829

A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA E PRODUTORA DE MEMÓRIA

O uso de jornais no contexto da sala de aula como fonte histórica passível de análise exige do docente, inicialmente, uma compreensão ampliada do que se entende por documento. Nesse sentido, as contribuições do historiador e membro fundador da "École des Annales" Marc Bloch (2002) são de extrema importância para entender essa categorização com base historiográfica. Em sua obra intitulada "Apologia da História ou o Ofício do Historiador", Bloch (2002) rompe com a concepção tradicional que limitava os documentos a registros oficiais escritos, defendendo que todo vestígio produzido pela ação humana é um documento histórico passível de análise histórica.

Para o pesquisador, o documento não é uma evidência vazia ou neutra do passado, mas sim um produto situado, carregado de intencionalidades, silêncios e condicionamentos históricos. Dessa forma, o jornal, enquanto produção inserida dentro de um determinado contexto social, político e econômico, deve ser compreendido e analisado de maneira crítica, levando em consideração não apenas o que contém dentro dele, mas também o que ele omite e as condições de sua produção, suas intencionalidades e o público que ele visa agradar ou desagradar.

A crítica das fontes, nesse sentido, se torna um elemento central na vida do professor, que deve questionar a origem do documento, seus autores, seus objetivos e o público ao qual se destina. No caso da imprensa, isso implica reconhecer que os jornais não apenas registram acontecimentos, mas participam ativamente da construção das narrativas sobre eventos. Assim, ao levar esse tipo de documento para a sala de aula de História, ele deixa de ser um simples recurso ilustrativo e passa a ser tratado como um objeto de profunda análise e investigação para entender determinada época ou contexto histórico-social. Essa abordagem metodológica contribui de maneira significativa para o desenvolvimento de uma postura mais crítica e investigativa por parte dos alunos, que passam a compreender que o conhecimento histórico é resultado de interpretações e não de uma reprodução direta do passado.

A análise da imprensa como uma fonte histórica também demanda a distinção entre memória e história, aspecto que é muito bem trabalhado pelo historiador Jacques Le Goff (1990) em sua obra "História e Memória" (1990). Para o historiador, a visão acerca da memória está ligada à vivências, às identidades e às construções coletivas de sentido, sendo muita das vezes marcada por seleções, esquecimentos e disputas. Já a própria História, enquanto disciplina, busca trazer a problematização dessas memórias,

ISSN: 2358-8829

fazendo com que elas sejam analisadas de uma maneira crítica antes de serem tomadas como uma das verdades sobre determinado acontecimento. Nesse contexto, a imprensa pode ser utilizada e entendida como um agente de extrema importância na produção e circulação da memória histórica social. Ao organizar e selecionar acontecimentos, definir enquadramentos e atribuir determinadas linguagens, os jornais ajudam na elaboração de diversas narrativas que influenciam a forma como determinados eventos são lembrados ou esquecidos.

As disputas de memória tornam-se muito evidentes em relação a eventos históricos marcantes, como o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Ao longo do tempo, várias interpretações diferentes sobre esse tão obscuro período da História brasileira foram produzidas e difundidas, muitas delas mediadas pela imprensa. Termos como “revolução” ou "golpe”, por exemplo, não são neutros, mas expressam determinados posicionamentos e visões políticas de mundo diferentes. Dessa maneira, ao analisar reportagens de diferentes períodos, é possível identificar de maneira minuciosa as mudanças nos discursos e nas formas de representação do passado, evidenciando que a memória não é fixa, mas constantemente reelaborada e reinterpretada. Essa perspectiva permite que os estudantes compreendam que a história é e sempre foi um campo de disputas interpretativas, no qual diferentes narrativas coexistem e competem.

O USO DO JORNAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

No âmbito do ensino, a utilização de fontes e documentos históricos como o jornal é também amplamente discutida por Circe Maria Fernandes Bittencourt, em sua obra “Ensino de História: Fundamentos e Métodos", publicada pela Editora Cortez no ano de 2008. A autora defende que o uso de documentos em sala de aula é fundamental para a formação do pensamento histórico, uma vez que possibilita aos alunos o contato direto com os vestígios do passado e com os processos de construção do conhecimento histórico.

O uso didático dos documentos como fontes na sala de aula e no ensino de história, sobretudo, constitui-se como um instrumento pedagógico eficiente e insubstituível que pode transformar e facilitar o trabalho docente, tendo em vista que o objetivo do uso desses materiais escritos surge para contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, aprendizagem histórica e da formação da consciência histórica do alunado cuja sua intenção é desenvolver a autonomia intelectual que seja capaz de

ISSN: 2358-8829

propiciar análises críticas da sociedade e da realidade vivida, bem como novas visões de mundo de perspectiva temporal, sendo fontes associadas ao método ativo no ensino construtivista conforme as propostas curriculares de ensino.

Segundo Bittencourt (2008), o trabalho com fontes contribui para superar práticas pedagógicas baseadas na memorização dos conteúdos históricos, promovendo uma aprendizagem mais ativa e reflexiva. Ao analisar documentos, os estudantes são incentivados a levantar várias hipóteses, formular suas próprias perguntas e desenvolver as suas próprias interpretações acerca de um acontecimento, o que os aproxima do modo de trabalho do historiador, mas que de certa forma, não pode ser confundida no ensino de história, já que os documentos possuem outra finalidade para o historiador, uma vez que "os documentos são a fonte principal de seu ofício, a matéria-prima por intermédio da qual escrevem a história" (BITTENCOURT, 2008, p. 328).

Doravante, mesmo que documentos escritos como o jornal possam ser utilizados em sala de aula, seu uso pedagógico exige do profissional docente uma análise prévia antes de trazê-lo efetivamente em sala de aula, sendo necessário considerar que os estudantes estão em fase de aprendizagem da história e não conhecem o contexto histórico em que o documento respectivo foi produzido, o qual exige atenção em ambas as análises, considerando o nível de escolarização e conhecimento dos alunos e a forma como se introduz um documento escrito como material didático. Como afirma Bittencourt (2008):

> Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos, etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema,* para que o aluno identifique o objeto de estudo ou tema histórico a ser pesquisado. (BITTENCOURT, 2008, p. 330)

Ou seja, a seleção desses documentos como fonte histórica em sala de aula, não podem propor uma rede de obstáculos aos alunos (texto extenso, vocabulário complexo e etc) e sim um meio para que estes possam compreender a função do material e traçar um caminho de análise possível e passível a sua condição de escolarização. É nesse

ISSN: 2358-8829

caso, que existe o desafio para o professor: propor critérios que avaliem essa fonte, pois ela não pode oferecer mais dificuldades do que gerar interesse e curiosidade ao alunado. Sua má seleção, traz complicações ao objetivo do uso do material pedagógico tanto no plano de aula, quanto na prática dele.

É necessário que o uso desse tipo de fonte histórica seja orientado através de uma abordagem crítica, promovendo um diálogo com Bloch (2002) ao afirmar ser necessário por sobre o jornal ou documento escrito, uma análise crítica que acabe por promover uma completude diante de uma complexidade de contextos que há em um documento. O professor deve mediar a leitura dos estudantes, estimulando a problematização dos discursos presentes nas reportagens e evitando uma percepção acrítica das informações. Dessa maneira, o jornal deixa de ser apenas um instrumento de transmissão de conteúdos e passa a atuar como meio para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência histórica dos alunos.

Nesse aspecto, considerando todas as discussões já feitas, compreende-se que o jornal apresenta um potencial significativo como recurso didático porque ele articula a linguagem acessível e a contextualização histórica dentro da sala de aula. Além disso, por tratar de temas que frequentemente dialogam com o presente, favorece a construção de relações entre passado e atualidade, aspecto essencial para o ensino de História, que inclusive, pode fazer compreender que o passado não está fixo no que já passou, mas se faz presente nos mais diversos tipos de registros totais ao nosso redor. Como afirma Bittencourt (2008):

> As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc. e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras. (BITTENCOURT, 2008, p. 335)

Portanto, como veículo de comunicação fundamental na sociedade moderna, o jornal em uso na sala de aula possuindo o objetivo de analisar e compreender eventos históricos exige um tratamento bastante cuidadoso quanto a análise externa, que pode e deve ser considerado um objeto cultural e mercadológico, capaz de influenciar a formação da memória, em diálogo com Le Goff (1990), a opinião pública ligada a interesses variados e sobretudo, do poder governamental, como é o caso social na

década de 1910, com o auge da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que a sociedade acompanhava os acontecimentos por meio da impressa, dos jornais, dos escritos, que muitas vezes ultrapassavam a realidade do que realmente aconteceu e passava por informar e a induzir a opinião pública de forma nacionalista.

ANÁLISE DAS REPORTAGENS E PROPOSTA DIDÁTICA

A imprensa brasileira desempenha, historicamente, um papel central na mediação dos acontecimentos políticos e na construção de narrativas sobre o passado. Inserida nesse contexto, a Folha de S.Paulo consolidou-se, ao longo do século XX, como um dos principais veículos de comunicação do país, exercendo significativa influência na formação da opinião pública. Fundada em 1921, a Folha passou por diferentes fases editoriais, acompanhando as transformações políticas e sociais do Brasil. Durante o período da ditadura civil-militar (1964–1985), o jornal, assim como outros veículos da grande imprensa, assumiu posições que variaram ao longo do tempo, ora alinhando-se a determinados projetos políticos, ora contribuindo para a abertura de espaços de crítica e contestação. Essa trajetória evidencia que a imprensa não é um agente neutro, mas um produtor de discursos e representações, o que a torna uma fonte histórica privilegiada para a análise das disputas de memória e das mudanças nas narrativas sobre determinados acontecimentos históricos.

As capas da Folha de S.Paulo dos anos de 1964 e 1984 constituem exemplos significativos das transformações discursivas e das disputas de memória em torno do período da ditadura civil-militar no Brasil.

A capa de 1964 apresenta a manchete “São Paulo parou ontem para defender o regime”, acompanhada de imagens que destacam a mobilização popular. A escolha vocabular, especialmente o uso da expressão “defender o regime”, sugere uma legitimação do movimento que culminaria na deposição do então presidente João Goulart. Nesse contexto, a narrativa construída pelo jornal associa a ação política a uma mobilização popular em defesa da ordem, aproximando-se de uma leitura que, à época, caracterizava o evento como uma “revolução democrática”. Sob a perspectiva teórica de Bloch (2002), é possível compreender essa capa como um documento histórico situado, que reflete não apenas os acontecimentos, mas também as intenções, os posicionamentos e as condições de produção do jornal naquele contexto específico. A

ISSN: 2358-8829

linguagem utilizada, bem como a seleção das imagens, revela um enquadramento que contribui para a construção de uma narrativa favorável ao movimento político em curso.

Por outro lado, a capa de 1984, com a manchete “300 mil nas ruas pelas diretas”, apresenta um cenário distinto, no qual a mobilização popular aparece associada à luta pela redemocratização do país. As imagens de grande concentração popular e o destaque dado à pauta das eleições diretas evidenciam um momento de contestação ao regime instaurado duas décadas antes. Essa mudança discursiva pode ser analisada à luz das reflexões de Jacques Le Goff (1990) sobre memória e história. Para o autor, a memória é constantemente reelaborada, sendo marcada por seleções e disputas. Nesse sentido, as duas capas evidenciam não apenas momentos distintos da história brasileira, mas também diferentes formas de representação e interpretação desses momentos. Observa-se, portanto, um embate de memórias mostrando que, em 1964, a mobilização popular é apresentada como apoio a uma “revolução”, em 1984 ela aparece como resistência a uma “ditadura”. Essa transformação revela não apenas mudanças no contexto político, mas também na forma como o próprio jornal constrói e reconstrói suas narrativas ao longo do tempo. Dessa maneira, a análise comparativa dessas fontes permite evidenciar que a imprensa, longe de ser um mero reflexo da realidade, atua como agente ativo na produção de sentidos históricos, contribuindo para a consolidação de determinadas memórias em detrimento de outras.

A partir da análise das reportagens da “Folha de S.Paulo”, é possível elaborar uma proposta didática que utilize o jornal como fonte histórica, com o objetivo de desenvolver o pensamento crítico dos estudantes e problematizar as diferentes narrativas sobre o golpe civil-militar de 1964. A atividade pode ser aplicada em turmas do 3º ano do Ensino Médio, no contexto do conteúdo referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil. Como objetivo geral, busca-se possibilitar que os estudantes compreendam a imprensa como agente produtor de narrativas históricas, reconhecendo que os discursos sobre o passado são construídos e estão sujeitos a disputas de memória. Entre os objetivos específicos, destacam-se: analisar criticamente fontes históricas de natureza jornalística; identificar mudanças discursivas ao longo do tempo; compreender a relação entre memória e história; e desenvolver a capacidade argumentativa por meio da interpretação de documentos.

A proposta pode ser desenvolvida em três etapas. Na primeira, o professor realiza uma breve contextualização histórica sobre o golpe de 1964 e o movimento das

Diretas Já, situando os alunos nos diferentes momentos representados pelas capas analisadas. Em seguida, são apresentadas as imagens das capas da "Folha de S.Paulo" de 1964 e 1984, que devem ser observadas pelos estudantes. Na segunda etapa, os alunos, organizados em grupos, são orientados a analisar as fontes a partir de questões problematizadoras, tais como: quais palavras são utilizadas nas manchetes? Que tipo de imagem é apresentada? Qual a mensagem transmitida pelo jornal? Há indícios de posicionamento político? O que é enfatizado e o que é silenciado? Essas questões têm como objetivo estimular a leitura crítica e a interpretação dos elementos presentes nas fontes. Na terceira etapa, propõe-se um momento de socialização e debate, no qual os grupos apresentam suas análises e confrontam diferentes interpretações. Como atividade de sistematização, os estudantes podem produzir um pequeno texto comparativo ou responder a uma questão dissertativa, refletindo sobre as mudanças nas narrativas da imprensa e suas implicações para a compreensão histórica do período.

Essa proposta dialoga diretamente com as reflexões de Bittencourt (2008), ao valorizar o uso de fontes históricas como estratégia para a construção do conhecimento histórico em sala de aula. Ao trabalhar com documentos como o jornal, o professor contribui para a superação de práticas pedagógicas centradas na memorização, promovendo uma aprendizagem mais ativa, investigativa e significativa. Além disso, a atividade possibilita que os estudantes desenvolvam a consciência histórica, ao perceberem que o passado não é fixo, mas constantemente reinterpretado a partir de diferentes perspectivas. Dessa forma, o uso do jornal em sala de aula não apenas enriquece o ensino de História, mas também contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de analisar e questionar as informações que circulam na sociedade.

RESULTADOS CONSIDERATIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o uso do jornal como fonte histórica e recurso didático no Ensino de História, tomando como eixo a problematização das narrativas sobre o golpe civil-militar de 1964 a partir de reportagens da Folha de S.Paulo. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a imprensa não atua como um simples instrumento de registro dos acontecimentos, mas como um agente ativo na produção de discursos, sentidos e representações acerca do passado.

Com base nas contribuições de Bloch (2002), foi possível compreender o jornal como um documento histórico situado, marcado por intencionalidades, silêncios e

ISSN: 2358-8829

condicionamentos próprios de seu contexto de produção. Nesse sentido, a análise das capas selecionadas demonstrou que a linguagem jornalística, a escolha vocabular e a organização imagética não apenas informam, mas também orientam interpretações, contribuindo para a construção de determinadas narrativas históricas em detrimento de outras.

Do mesmo modo, à luz das reflexões de Jacques Le Goff (1990), constatou-se que as memórias sobre o período da ditadura civil-militar são resultado de processos dinâmicos de seleção, disputa e reelaboração. A comparação entre as capas de 1964 e 1984 evidenciou mudanças significativas na forma como a mobilização popular foi representada, revelando um deslocamento discursivo que acompanha as transformações políticas e sociais do Brasil. Tal análise permitiu identificar que a imprensa participa ativamente da construção da memória coletiva, ora legitimando determinados acontecimentos, ora contribuindo para sua problematização.

No âmbito do Ensino de História, as contribuições de Bittencourt (2008) reforçam a importância do uso de fontes históricas como estratégia pedagógica fundamental para a formação do pensamento histórico. A proposta didática elaborada demonstrou que o trabalho com jornais possibilita aos estudantes desenvolver habilidades analíticas, como a interpretação de documentos, a identificação de intencionalidades e a problematização de discursos, aproximando-os do fazer historiográfico.

Além disso, verificou-se que a utilização do jornal em sala de aula contribui para a superação de práticas pedagógicas centradas na memorização de conteúdos, favorecendo uma aprendizagem mais ativa, investigativa e significativa. Ao colocar os alunos em contato direto com fontes históricas e incentivá-los a questionar e interpretar informações, promove-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência histórica. Dessa forma, conclui-se que o jornal constitui uma ferramenta pedagógica de grande potencial no Ensino de História, desde que utilizado de maneira crítica e mediada pelo professor. Sua aplicação possibilita não apenas a compreensão de conteúdos históricos, mas também a reflexão sobre a própria construção do conhecimento histórico e das memórias sociais.

Por fim, destaca-se que este estudo não esgota as possibilidades de análise sobre a relação entre imprensa, memória e ensino de História. Ao contrário, abre caminhos para futuras investigações que aprofundem o uso de diferentes fontes no contexto

escolar, bem como a análise de outros períodos históricos e veículos de comunicação, ampliando as possibilidades de construção de um ensino de História mais crítico, reflexivo e conectado com a realidade dos estudantes.

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez editora, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BONSANTO, A. **O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda"**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FOLHA DE S.PAULO**. São Paulo parou ontem para defender o regime**. São Paulo, 1964.

FOLHA DE S.PAULO. **300 mil nas ruas pelas diretas**. São Paulo, 1984.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 8ª edição. São Paulo: Papirus editora, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP editora, 1990.

QUADROS, Vasconcelo. **Documentos indicam que aliança da Folha com a ditadura foi mais forte do que jornal admite**. Agência Pública, 4 jul. 2023. Disponível em: https://apublica.org/2023/07/documentos-indicam-que-alianca-da-folha-com-a-ditadura-foi-mais-forte-do-que-jornal-admite/ . Acesso em: 31 mar. 2026.